



UF
GD
Universidade
Federal
da Grande
Dourados

FCBA
Faculdade
de Ciências
Biológicas
e Ambientais

GESTÃO AMBIENTAL
Faculdade de Ciências
Biológicas e Ambientais

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Potencial do Parque Nacional Municipal do Paragem para Atividade de Educação e Interpretação Ambiental a partir de uma revisão bibliográfica (2007-2025)

ELZA JEIELI BRAGA DE SOUSA

Orientador:

DIEGO MARQUES DA SILVA MEDEIROS

Dourados – MS

2025



UF
GD
Universidade
Federal
da Grande
Dourados

FCBA
Faculdade
de Ciências
Biológicas
e Ambientais

GESTÃO AMBIENTAL
Faculdade de Ciências
Biológicas e Ambientais

ELZA JEIELI BRAGA DE SOUSA

**Potencial do Parque Nacional Municipal do Paragem para Atividade de
Educação e Interpretação Ambiental a partir de uma revisão bibliográfica
(2007–2025)**

Área de Concentração

Multidisciplinar – Gestão Ambiental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de bacharel pelo curso de Gestão Ambiental da
Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
da Universidade Federal da Grande Dourados.

Orientador: Diego Marques da Silva Medeiros

Dourados – MS

2025



FOLHA DE APROVAÇÃO

Elza Jeieli Braga de Sousa

Potencial do Parque Natural Municipal do Paragem para atividades de educação e interpretação ambiental a partir de uma revisão bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de bacharel no curso de Gestão Ambiental, da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, da Universidade Federal da Grande Dourados.

Orientador: Diego Marques da Silva Medeiros

Aprovado em: 11/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br DIEGO MARQUES DA SILVA MEDEIROS
Data: 11/12/2025 16:53:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diego Marques da Silva Medeiros
Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br SIMONE BRACCINI DAMIAN
Data: 16/12/2025 23:07:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Simone Braccini Damian
Membro

Documento assinado digitalmente
gov.br JAIRO CAMPOS GAONA
Data: 11/12/2025 17:02:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jairo Campos Gaona
Membro



**UF
GD** Universidade
Federal
da Grande
Dourados

FCBA
Faculdade
de Ciências
Biológicas
e Ambientais

GESTÃO AMBIENTAL
Faculdade de Ciências
Biológicas e Ambientais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S725p Sousa, Elza Jeieli Braga De

Potencial do Parque Nacional Municipal do Paragem para Atividade de Educação e Interpretação Ambiental a partir de uma revisão bibliográfica (2007-2025): Potencial do Parque Nacional Municipal do Paragem para Atividade de Educação e Interpretação Ambiental a partir de uma revisão bibliográfica (2007-2025) [recurso eletrônico] / Elza Jeieli Braga De Sousa. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: DIEGO MARQUES DA SILVA MEDEIROS.

Coorientador: DIEGO MARQUES DA SILVA MEDEIROS.

TCC (Graduação em Gestão Ambiental)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação ambiental. 2. . 3. Interpretação ambiental.. 4. Governança participativa. 5. Unidades de conservação urbanas. 6. Uso público. I. Medeiros, Diego Marques Da Silva. II. Medeiros, Diego Marques Da Silva. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me sustentado em cada passo desta caminhada, me dando força, coragem e sabedoria para chegar até aqui.

Agradeço com muito carinho à minha tia Leide e ao meu tio Josafá, à minha tia Gracirlei e ao meu tio Andrade, que me apoiaram para que eu pudesse chegar até Dourados. Aos meus primos Sandro e Natália, que me acolheram com tanto amor em sua casa, mesmo quando não podiam, demonstrando cuidado e generosidade que nunca esquecerei.

Registro minha gratidão também aos professores e colegas de classe, em especial ao professor Arcanjo, à professora Simone, ao professor Joelson, ao professor Jairo e ao professor Maurício, que me deram apoio e incentivo no início dessa trajetória, inclusive com ajuda financeira no meu primeiro mês de faculdade.

Agradeço também à professora Zefa, de extrema importância para todos os alunos, e ao professor Vito, pela dedicação e ensinamentos. Estendo minha gratidão a todos os professores do curso de Gestão Ambiental, que sempre estiveram dispostos a compartilhar conhecimento e orientar os alunos com paciência e empenho.

Ao professor Diego, que gentilmente aceitou me orientar e tem sido paciente e compreensivo durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, deixo meu sincero agradecimento.

Não poderia deixar de agradecer ao Álvaro e aos Espetos, que me deram a oportunidade de trabalhar do início ao fim da minha graduação, oferecendo não apenas condições para seguir, mas também confiança e apoio.

Agradeço de coração à minha mãe, que se mostrou uma excelente avó para a Luna, sempre presente, carinhosa e disposta a ajudar. Aos meus primos Caio e Solange, por quem tenho um carinho especial, pelo apoio constante e por sempre estarem ao nosso lado. À minha prima Lara, que desde sempre esteve comigo, me acompanhando e apoiando em todos os momentos; minha melhor amiga, presença constante e essencial em toda a minha caminhada.



Agradeço também à minha prima Michele, que desde que me casei sempre se mostrou muito disposta a me orientar, aconselhar e me oferecer apoio emocional, sendo uma presença importante nessa fase da minha vida.

Sou grata ainda aos amigos que sempre estiveram ao meu lado: Marcelo, pela amizade leal; Jeison e Keissy, João Victor que me apoiaram principalmente nesta etapa final da caminhada.

Ao meu marido, Leandro, pelo amor, incentivo e companheirismo, e à minha filha, Luna, que é a maior motivação da minha vida.

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Grande Dourados, que me proporcionou não apenas conhecimento e crescimento, mas também o maior presente que carrego hoje: minha família.



SOUSA, Elza Jeieli Braga de. **Potencial para realização de Educação e Interpretação Ambiental no Parque Nacional Municipal do Paragem.** Uma revisão bibliográfica (2007–2025). 2025. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso de bacharelado em Gestão Ambiental – Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2025.

RESUMO

O Parque Natural Municipal do Paragem (Parque do Paragem) tem grande potencial para integrar conservação ambiental, lazer, educação e interpretação ambiental, enfrentando, porém, desafios típicos de unidades de conservação urbanas, como pressão antrópica, baixa visibilidade e fragilidade na governança participativa. A efetividade do parque depende da implementação contínua de práticas pedagógicas e participativas integradas ao território, ainda pouco sistematizadas localmente. Este estudo, baseado em revisão sistemática, indica que seu potencial interpretativo pode ser fortalecido por diretrizes que alinhem conteúdos temáticos, acessibilidade, integração escolar e monitoramento, contribuindo para sua legitimação social e função socioambiental. A pesquisa utiliza revisão sistemática da literatura para analisar o potencial interpretativo do Parque do Paragem em educação e interpretação ambientais. Para o levantamento, utilizamos fontes de busca nacionais e internacionais entre 2010 e 2025. A metodologia envolve criteriosa seleção, extração e análise dos dados, focando em conteúdos, mensagens, infraestrutura, público e barreiras. Resultados destacaram que, mesmo com poucos materiais encontrados referentes ao Parque do Paragem, notamos condições biodiversas e de infraestrutura favoráveis a práticas de interpretação ambiental. Destacamos, ainda, que parte de seu potencial depende da implantação de técnicas direcionadas ao público, com um monitoramento sobre as perspectivas dos visitantes e a necessidade de governança e participação comunitária para garantir continuidade e efetividade das ações.

Palavras-chave:

Educação ambiental; Interpretação ambiental; Governança participativa; Unidades de conservação urbanas; Uso público.



SOUSA, Elza Jeieli Braga de. **Potential of the Paragem Municipal National Park for Environmental Education and Interpretation Activities based on a literature review (2007–2025)**. 2025. 30 p. Course Completion Work Bachelor's Degree in Environmental Management) – Faculty of Biological and Environmental Sciences, Federal University of Grande Dourados, Dourados. 2025.

ABSTRACT

The Paragem Municipal Natural Park (Parque do Paragem) has strong potential to integrate environmental conservation, recreation, education, and environmental interpretation. However, it faces challenges typical of urban protected areas, such as anthropic pressure, low visibility, and weaknesses in participatory governance. The park's effectiveness depends on the continuous implementation of pedagogical and participatory practices integrated into the territory, which remain scarcely systematized at the local level. This study, based on a systematic review, indicates that its interpretive potential can be strengthened through guidelines that align thematic content, accessibility, school integration, and monitoring, contributing to its social legitimacy and socio-environmental role. The research uses a systematic literature review to analyze the interpretive potential of the Parque do Paragem in environmental education and interpretation. For data collection, we used national and international search sources from 2007 to 2025. The methodology involves a careful process of selection, extraction, and analysis of data, focusing on content, messages, infrastructure, audiences, and barriers. The results highlight that, even with the limited number of materials found regarding Parque do Paragem, we identified biodiversity and infrastructure conditions favorable to environmental interpretation practices. We also emphasize that part of its potential relies on the implementation of techniques directed at the public, supported by monitoring visitor perspectives and strengthening governance and community participation to ensure continuity and effectiveness of actions.

Keywords:

Environmental education; Environmental interpretation; Participatory governance; Urban protected areas; Public use.



SUMÁRIO

1.	Introdução	1
2.	Problematização.....	2
3.	Fundamentação teórica	3
	3.1 Histórico de criação de unidades de conservação	3
	3.2 Educação ambiental: definições e histórico no país	6
	3.3 Uso e estudos do Parque Natural Municipal do Paragem	8
4.	Metodologia.....	12
5.	Resultados.....	13
6.	Discussões	16
7.	Conclusão e considerações finais	19
8.	Referências	20
	ANEXO A	25



1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a expansão urbana passou a incidir sobre territórios que, anteriormente, desempenhavam papel central na conservação ambiental, intensificando a pressão antrópica e elevando o risco de perda de habitats e de serviços ecossistêmicos (Sales et al., 2013; Sanch e De Deus, 2015). Nesse cenário, ganharam destaque os instrumentos e as práticas voltados à proteção de áreas naturais, tanto pela vulnerabilidade desses ambientes, quanto pelos benefícios socioambientais que proporcionam (Lopes et al., 2022; Machado; Garrafa, 2020).

Do ponto de vista histórico-institucional, a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1892, tornou-se um marco de referência para as políticas de áreas protegidas, influenciando modelos e arranjos adotados posteriormente em diferentes países (Hassler, 2005; Franco et al., 2015). No Brasil, o processo de institucionalização avançou com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, e, mais tarde, com a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que consolidou diretrizes de manejo, categorias e objetivos voltados à gestão dessas áreas (Pereira, 2022).

Apesar dos avanços normativos, diversos contextos ainda revelam um distanciamento entre a gestão das unidades de conservação e as comunidades do entorno, o que limita a percepção pública acerca do valor social e ecológico desses espaços e reforça a necessidade de estratégias de aproximação (Galvão; Tedesco, 2022; Pereira; Junior, 2023; Mendonça; Talbot, 2014; SILVA et al., 2024). Neste estudo, entende-se por participação ativa o envolvimento efetivo de moradores, escolas e organizações locais no planejamento, execução e avaliação de ações voltadas à conservação e à educação ambiental (EA), como em comitês de apoio, mutirões, trilhas interpretativas e processos de cogestão, e não apenas a presença pontual em eventos (Arruda, 1999).

Nesse contexto, a EA é concebida como um processo formativo contínuo, voltado à construção de consciência crítica e à promoção da corresponsabilidade social pela conservação dos bens naturais e dos serviços ecossistêmicos associados às unidades de conservação (Soares, 2021). Em complementação a esses processos de formação, a interpretação ambiental (IA) busca orientar um processo educativo e comunicativo de desperta, alinhando a conscientização,



o interesse e o envolvimento das pessoas junto ao meio ambiente (Caetano et al., 2018; Moreira, 2014).

Para orientar as reflexões sobre essa temática, mostra-se necessário compreender quais formas de envolvimento educacional comunitário apresentam maior potencial nas unidades de conservação inseridas em áreas urbanas. Em um caso concreto, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, encontra-se o Parque Natural Municipal do Paragem (PNMP), uma unidade de conservação que atua como refúgio ambiental em meio ao espaço antropizado. Observações preliminares e relatos dispersos indicam baixo engajamento social e limitada percepção pública de seus valores ecológicos e socioculturais. Contudo, essa constatação carece de um diagnóstico sistemático, motivo pelo qual se evitam inferências generalizadas ou afirmações de impacto sem respaldo empírico (Hassler, 2005; Sancho; De Deus, 2015). Assim, o foco analítico recai exclusivamente sobre o PNMP, e não sobre “áreas verdes” em geral, de modo a garantir precisão conceitual e coerência temática.

Com isso, em busca de produzir evidências que contribuam para a valorização pública do PNMP, para o fortalecimento da mediação educativa e da participação social no contexto das unidades de conservação urbanas, realizamos um estudo com o objetivo de compreender e explicitar o potencial interpretativo do Parque Natural Municipal do Paragem para práticas de EA e IA, delineando possibilidades concretas de participação ativa da comunidade local. Para atingir tal propósito, foi realizada uma análise documental e bibliográfica sobre EA e IA, participação social e gestão de unidades de conservação urbanas, de modo a sustentar a interpretação dos achados e a formulação de propostas.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

O PNMP possui grande potencial para integrar conservação ambiental, lazer, EA e IA. No entanto, assim como outras Unidades de Conservação (UCs) em contextos urbanos, o parque enfrenta desafios importantes, como a pressão antrópica constante, baixa visibilidade e fragilidade dos mecanismos de governança participativa. Estudos apontam que a efetividade das UCs não depende apenas da formalização legal, mas sobretudo da construção contínua de práticas participativas e processos educativos que dialoguem com o território (Valenti et al., 2012; Junior et al., 2020).



Apesar dos avanços em estudos nacionais e internacionais sobre os impactos da EA e IA na consolidação do uso público e na valorização social dos parques, existe uma lacuna significativa no que se refere à aplicação e avaliação dessas práticas em UCs municipais de pequeno porte, principalmente em cidades médias do interior do país (Valenti et al., 2012; Aquino, 2012). Nesse sentido, o PNMP constitui um caso diferenciado: reconhece-se sua potencialidade educativa e interpretativa, mas a falta de sistematização, planejamento e continuidade das ações podem se apresentar como empecilhos para a consolidação de práticas efetivas de EA (Oliveira, 2021).

Adicionalmente, não existem estudos locais que abordem integradamente a participação comunitária. Essas dimensões, embora inter-relacionadas, são frequentemente tratadas de forma isolada, dificultando a compreensão de suas interações na gestão cotidiana do Parque e na percepção da comunidade vizinha.

Diante desse cenário, surge a problemática central deste estudo: como desenvolver e consolidar estratégias participativas, educativas e interpretativas no PNMP que fortaleçam sua função socioambiental e ampliem sua legitimidade pública enquanto Unidade de Conservação urbana?

Para responder a essa questão, é necessário analisar simultaneamente as condições institucionais, pedagógicas e comunicacionais que possibilitam ou limitam a implementação de políticas contínuas de EA e IA no âmbito municipal, visando contribuir com diretrizes e instrumentos de gestão para transformar o Parque em um laboratório vivo de práticas integradas de conservação, educação e participação social.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Histórico de criação de unidades de conservação

A trajetória de criação das unidades de conservação no Brasil revela um processo cumulativo de institucionalização que articula marcos legais, arranjos administrativos e práticas educativas, evoluindo de concepções preservacionistas rígidas para uma arquitetura que combina proteção integral e uso sustentável sob diretrizes unificadas. Essa inflexão é evidenciada em balanços do marco do SNUC e em análises de políticas públicas que



demonstram como categorias, objetivos e instrumentos foram padronizados para conferir coerência federativa ao sistema. Ao historicizar o tema, torna-se essencial articular evidências normativas e leituras acadêmicas recentes (Brito, 2020; MMA, 2022).

Sínteses publicadas ao longo dos vinte anos do SNUC indicam que a padronização reduziu a fragmentação observada nas fases anteriores e possibilitou planejar o sistema como uma política de Estado. Esses estudos examinam leis, decretos e relatórios oficiais, evidenciando a transição de atos isolados de criação para um arranjo integrado, com regras comuns de instituição, gestão e avaliação. Assim, a leitura histórica deixa de ser mera cronologia para se tornar uma análise das escolhas de desenho institucional e de seus efeitos práticos (Brito, 2020; Leuzinger, 2020).

A documentação técnica produzida pelo órgão gestor constitui a principal evidência primária da arquitetura vigente, detalhando as funções e inter-relações de cada instrumento. O SNUC orienta que as unidades sejam planejadas e administradas de forma integrada, por meio de plano de manejo, conselho, zoneamento e cadastro nacional, distribuindo competências entre União, estados e municípios. Essa base normativa sustenta qualquer síntese rigorosa e ancora os conceitos mobilizados ao longo da discussão (MMA, 2022).

Balancos recentes apontam um duplo movimento: a expansão territorial e a diversificação das categorias, acompanhadas de desafios persistentes de implementação, financiamento e coordenação interinstitucional. A história da criação, portanto, deve ser analisada em conjunto com a história da implementação, sob pena de superestimar resultados desprovidos de sustentação em governança, monitoramento e regularização fundiária. Essa tensão histórica explica os ritmos desiguais de consolidação entre biomas e esferas federativas (Brito, 2020).

No plano histórico-educativo, pesquisas sobre o Parque Nacional do Itatiaia demonstram, a partir de análises de fontes primárias e secundárias, que os parques brasileiros acumularam uma cultura de mediação educativa. Ao reconstruírem publicações institucionais, materiais pedagógicos e registros de memória, esses estudos revelam a articulação entre ciência, visitação e EA ao longo de décadas. Assim, o papel formativo das unidades de conservação integra a própria trajetória de consolidação do sistema (Toledo-Quiroga; Ferreira, 2022).

Esse acervo dialoga com revisões que mapearam metodologias de EA em unidades de conservação entre 2020 e 2024, apontando maior eficácia em estratégias ativas, projetos de



longa duração e integração com escolas. Ao adotarem protocolos explícitos de busca e seleção, essas revisões oferecem evidências rastreáveis sobre práticas que aproximam a população dos valores da conservação, fortalecendo o sentido público do sistema. Seus achados orientam escolhas pedagógicas contemporâneas (Costa Filho et al., 2024; Pereira et al., 2024).

Outra vertente central no histórico de criação é a participação social, uma vez que a institucionalização só se consolida plenamente mediante processos deliberativos que legitimem as decisões de manejo. Estudos empíricos baseados em documentos, atas e entrevistas com atores envolvidos em planos de manejo identificam onde a participação se efetiva, quem participa e quais barreiras persistem. Os resultados indicam avanços em transparência, mas revelam desafios de representatividade e continuidade (Araujo; Suriani, 2022).

Pesquisas aplicadas em conselhos de parques nacionais, baseadas em observação direta de reuniões e oficinas, ilustram a dimensão operacional da governança participativa. Esses trabalhos relatam melhorias na circulação de informações e no reconhecimento de atores locais, mas também destacam a necessidade de rotinas estáveis, capacitação e mediação qualificada para sustentar o engajamento ao longo do tempo. Tais evidências refinam a leitura histórica do sistema (Arruda, 2024).

Panoramas geográficos elaborados no marco dos vinte anos do SNUC cruzam séries históricas de criação de unidades com sua distribuição por biomas, revelando assimetrias e lacunas de representatividade ecológica. Esses estudos combinam bases oficiais e sínteses comparativas, apontando prioridades para criação de novas áreas e recomposição de mosaicos, com vistas a ampliar a conectividade e a proteção de espécies. A análise territorial, assim, orienta decisões futuras com base em padrões históricos (Brito, 2020).

No debate sobre a efetividade, análises conservacionistas recentes questionam se as unidades asseguram, de fato, resultados concretos de proteção. As sínteses de literatura e de dados oficiais destacam a dependência de zoneamentos coerentes, financiamento estável, monitoramento sistemático e participação robusta para transformar atos de criação em benefícios ecológicos tangíveis. Essa conclusão desloca o foco histórico para as condições materiais da efetividade (Silva, 2024).

A regularização fundiária surge como elo crítico e historicamente sensível para a consolidação de novas áreas, especialmente nas regiões sob maior pressão de uso. Estudos examinam processos administrativos e jurisprudenciais, relacionando conflitos de terra a



atrasos na implementação e a limitações no manejo. Os autores propõem caminhos procedimentais que conectam criação, posse pública e compatibilização de usos (Andrade et al., 2023).

Nos anos mais recentes, dossiês institucionais indicam que o SNUC se consolidou como instrumento de proteção ambiental e de ordenamento territorial. Contudo, enfatizam que seu potencial educativo e socioambiental depende da implementação de políticas de uso público e de mediação cultural pautadas pela intencionalidade, continuidade e avaliação. Assim, a história da criação envolve também o desenho de experiências voltadas a públicos diversos (MMA, 2025; Pereira et al., 2024).

A incorporação de recortes urbanos e periurbanos ao planejamento do sistema desponta como tendência contemporânea, em razão tanto da crescente pressão antrópica quanto do alcance pedagógico dessas áreas (MMA, 2022). Para esses contextos, a literatura recomenda trilhas interpretativas, mediação cultural e integração curricular como estratégias custo-efetivas, associadas ao desenho de infraestrutura compatível. Essa agenda amplia o sentido social das unidades em meio urbano (Costa-Filho et al., 2024).

De forma sintética, revisões recentes propõem três ondas históricas: o pioneirismo dos parques; a fase de institucionalização, marcada pelo fortalecimento de órgãos e normas; e a consolidação normativa com o SNUC, seguida por um ciclo orientado à implementação. Essa periodização permite compreender como o país evoluiu de iniciativas esparsas para uma política integrada e por que a ênfase atual recai sobre governança, financiamento e monitoramento (Leuzinger, 2020).

O histórico brasileiro de criação de unidades de conservação, observado entre 2020 e 2025, revela amadurecimento institucional e a incorporação de dimensões sociais e educativas. A efetividade, contudo, depende da capacidade de transformar atos formais em manejo ativo, sustentado por regularização fundiária, planos de manejo, conselhos participativos, monitoramento contínuo e práticas de EA que produzam valor público compartilhado. Nessa combinação reside a continuidade histórica e a legitimidade social do sistema (Silva, 2024; Araujo et al., 2022).

3.2 Educação ambiental: definições e histórico no país



A EA, conforme as diretrizes federais mais recentes, é concebida como um processo educativo permanente, crítico e participativo, que integra valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados à conservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida. Essa definição destaca a articulação entre contextos formais e não formais, evitando ações pontuais e prescrevendo continuidade pedagógica e social (MMA, 2024). Ao adotar esse referencial, este trabalho ancora o conceito em fontes normativas atuais e operacionalmente válidas para redes de ensino e políticas territoriais.

No plano programático, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) atualiza essa definição ao organizar eixos, objetivos e estratégias que promovem transversalidade, territorialidade e participação social, conectando escola, serviços públicos e comunidades. A orientação é que a EA se concretize por meio de projetos articulados ao cotidiano, com mediação cultural e corresponsabilidade cidadã na gestão dos bens comuns (MMA, 2023; MMA, 2024). Essa organização confere direcionalidade prática ao conceito, evitando abordagens fragmentadas.

Materiais orientadores do campo educacional, produzidos e atualizados recentemente, reforçam a integração da EA às políticas curriculares e à formação docente, propondo-a como prática transversal e interdisciplinar. As recomendações incluem leitura crítica do território, trabalho por projetos e avaliação formativa, tornando a dimensão ambiental um eixo estruturante do currículo, e não um conteúdo estanque (MEC, 2024). Dessa forma, a norma se converte em rotina escolar planejada e monitorável.

A operacionalização em territórios exige metodologias adequadas à realidade local. Sínteses acadêmicas recentes indicam que projetos de longa duração, investigação orientada ao território e sequências didáticas focadas na leitura das paisagens apresentam maior efetividade formativa (Pereira et al., 2024). Esses achados apoiam escolhas pedagógicas e possibilitam o alinhamento da EA a metas verificáveis, evitando ações episódicas e pouco sustentáveis.

No âmbito das UCs, recomenda-se que a EA informe o uso público qualificado e a interpretação ambiental, compondo processos participativos que envolvam comunidades do entorno, visitantes e gestores. A ênfase recai em estratégias de mediação que promovam senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada pelo patrimônio natural, articulando conservação, fruição e aprendizagem (SEMIL, 2024). Assim, a EA torna-se vetor de governança territorial, e não mera atividade de sensibilização.



Revisões sistemáticas recentes mapeiam práticas de EA em UCs e indicam que trilhas interpretativas com objetivos de aprendizagem explícitos, projetos contínuos e integração com instituições escolares ampliam a compreensão pública sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Além de descrever metodologias, esses estudos identificam lacunas regionais e de públicos, orientando a priorização e o desenho das intervenções (Quiroz-Silva, 2024; Pereira et al., 2024). A evidência empírica informa, portanto, tanto o conteúdo quanto o formato dessas ações.

A efetividade das políticas de EA também depende das condições institucionais. Análises recentes destacam a necessidade de curadoria pedagógica, financiamento, comunicação pública e monitoramento de resultados, para que a política ultrapasse a formalidade normativa e promova mudanças observáveis na percepção e no comportamento (Silva; Navas, 2024). Essa perspectiva aproxima a EA de ciclos de gestão com metas e indicadores, favorecendo a aprendizagem institucional.

Na governança ambiental, estudos indicam que a participação social qualificada em conselhos, fóruns e processos decisórios fortalece a legitimidade e a continuidade das ações educativas, especialmente quando vinculada a planos de manejo e agendas intersetoriais. As evidências de campo apontam ganhos em transparência e circulação de informações, embora também registrem desafios relacionados à representatividade e à estabilidade das rotinas participativas (Araujo; Suriani, 2022).

Por fim, diretrizes institucionais recentes reiteram que a EA deve integrar agendas relacionadas ao clima, biodiversidade, recursos hídricos e resíduos, conectando problemas globais a experiências locais e promovendo competências socioambientais ao longo da vida (MMA, 2024; MEC, 2024). Essa orientação requer planejamento curricular, formação de mediadores e articulação com políticas setoriais, garantindo coerência entre os conteúdos ensinados e as práticas efetivadas nos territórios.

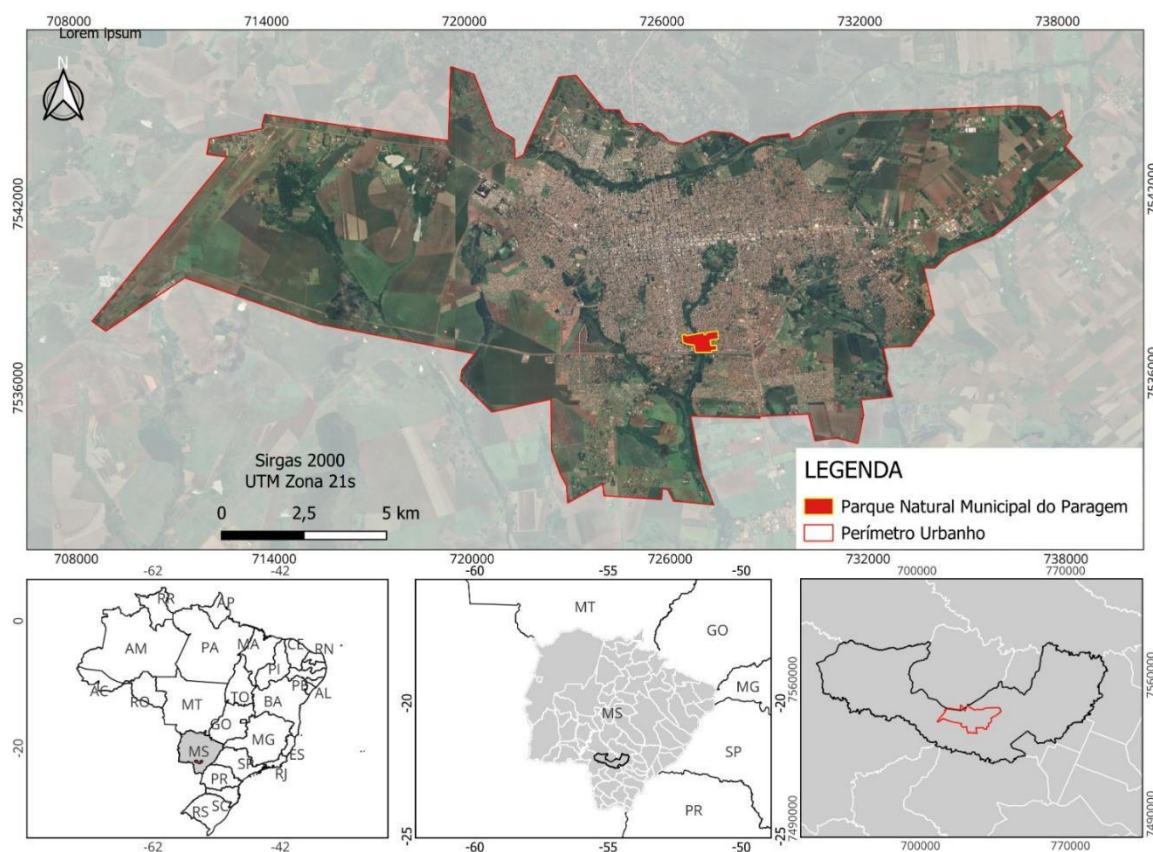
3.3 Uso e estudos do Parque Natural Municipal do Paragem

O Parque do Paragem (figura 1), localizado em uma zona urbana de Dourados-MS, apresenta potencial para articular conservação, lazer, educação e interpretação ambiental, mas enfrenta os desafios típicos das UCs urbanas: pressão antrópica, baixa visibilidade pública e



lacunas na governança participativa. Frente a essa realidade, busca-se aprofundar a problematização do Parque do Paragem com base em evidências recentes sobre participação social em UCs, EA e IA, delineando o que já se conhece e o que ainda precisa ser investigado localmente (Araujo; Suriani, 2022; Silva, 2024).

Figura 1. Mapa de localização do Parque Natural Municipal do Paragem.



No eixo da participação, estudos empíricos que analisaram documentos, atas e entrevistas demonstram que conselhos e processos de manejo só se convertem em decisões legítimas quando há rotinas estáveis de convocação, representação plural e devolutivas públicas (Araujo; Suriani, 2022). Esses achados são relevantes para o Paragem, pois indicam que o engajamento comunitário não se resolve por eventos isolados, mas por arranjos continuados de deliberação e transparência.

De forma complementar, pesquisas aplicadas em conselhos de parques nacionais registram avanços na circulação de informações e no reconhecimento dos atores locais, mas apontam fragilidades na representatividade e na continuidade (Arruda, 2024). Para um parque municipal urbano como o Paragem, isso indica a necessidade de um desenho participativo



estruturado, com calendário definido, papéis claros e mediação qualificada, a fim de garantir a presença constante da comunidade ao longo do tempo.

No eixo educativo, as diretrizes federais atualizadas definem a EA como um processo permanente, crítico e participativo, transversal às políticas educativas e às ações territoriais. Este fato implica em que trilhas, oficinas e projetos com as escolas do entorno devem ser planejados como sequências formativas, e não como ações isoladas, com objetivos claros de aprendizagem, avaliação e integração curricular (MMA, 2023; MMA, 2024; MEC, 2024).

Revisões sistemáticas recentes mapeiam metodologias de EA em UCs e indicam maior efetividade em projetos de longa duração, investigação orientada ao território e integração entre escola e parque, com ênfase na leitura das paisagens e dos serviços ecossistêmicos. Esses resultados apontam para caminhos pedagógicos viáveis para diferentes unidades de conservação, desde que adaptados à realidade local e acompanhados de instrumentos de avaliação adequados (Pereira et al., 2024; Quiroz-Silva, 2024).

A interpretação ambiental, entendida como uma mediação que conecta visitantes, ecossistemas e valores culturais por meio de sinais, roteiros e experiências guiadas, figura nas diretrizes contemporâneas de uso público como um eixo fundamental para qualificar a visitação e ampliar a compreensão pública da natureza (SEMIL, 2024). Para o Paragem, a IA pode sustentar roteiros de curta duração, painéis em pontos estratégicos, dispositivos de acessibilidade e a formação de monitores.

Do ponto de vista institucional, documentos programáticos destacam que a EA e a IA devem dialogar com as agendas de clima, biodiversidade, recursos hídricos e resíduos, conectando problemas globais a experiências locais. Isso se traduz em projetos que articulam a qualidade da água do córrego, a vegetação nativa, a fauna urbana e as ilhas de calor, aproximando ciência cidadã e gestão municipal (MMA, 2023; MMA, 2024).

A literatura sobre avaliação em EA indica que políticas eficazes demandam curadoria pedagógica, financiamento, comunicação pública e monitoramento de resultados. Para o Parque Paragem, recomenda-se a definição de indicadores simples e rastreáveis, como participação, aprendizagem percebida, incidência de resíduos nas trilhas e percepção de segurança, com ciclos periódicos de análise que possibilitem o aprimoramento contínuo das ações (Silva; Navas, 2024).



No campo da governança, há consenso sobre a centralidade da regularização e do planejamento para transformar a presença "no papel" em manejo efetivo (WWF-BRASIL, 2016). evidenciam aplicação de limites claros, plano de manejo consolidado, um conselho atuante e um orçamento adequado as unidades constituem condições mínimas para que EA e IA se consolidem como políticas permanentes, e não meras iniciativas episódicas (Silva, T., 2024).

A experiência de UCs urbanas, descrita em revisões narrativas e relatórios institucionais, sugere que o uso público qualificado melhora a percepção social do valor do parque, reduz o vandalismo e amplia o apoio à conservação (MMA, 2024; SEMIL, 2024). Para o Paragem, isso implica planejar a visitação em faixas horárias, garantir sinalização adequada e oferecer serviços mínimos que conciliam fruição e proteção.

Do ponto de vista metodológico, as trilhas interpretativas no Paragem devem partir de um inventário dos pontos de interesse (geobiofísicos e socioculturais), definição de mensagens-chave, elaboração de roteiros para diferentes públicos (escolar, famílias, idosos) e validação junto a professores e agentes comunitários (Pereira et al., 2024).

Quanto à inclusão, a literatura recomenda o uso de materiais acessíveis, além de mediações que valorizem os conhecimentos locais. Nesses casos, pode também ser incorporadas memórias sobre o uso do espaço, nomes populares de espécies e práticas culturais, articulando conservação e identidade do bairro (MEC, 2024; SEMIL, 2024).

A relação com as escolas do entorno é estratégica onde os projetos anuais planejados, que incluam saídas de campo, tarefas de retorno para a sala de aula e mostras públicas no próprio parque, tendem a consolidar uma comunidade de aprendizagem. Estudos recentes indicam que esse arranjo é mais eficaz do que ações isoladas e sem continuidade (Pereira et al., 2024; Quiroz-Silva, 2024).

No enfrentamento da “baixa visibilidade” do parque, a comunicação pública integrada, por meio de redes sociais institucionais, rádios locais e escolas, deve acompanhar cada ciclo de atividades, esclarecendo objetivos, benefícios e resultados. A literatura destaca que a transparência e a prestação de contas aumentam a confiança e a participação da comunidade nos processos decisórios (Araujo; Suriani, 2022; Silva; Navas, 2024).

Por fim, cabe reconhecer o vazio de evidências publicadas especificamente sobre o Paragem no período recente, o que reforça a importância de estudos de base, como diagnóstico



participativo de percepção ambiental, mapeamento de riscos e potencial interpretativo, além de pilotos de EA com avaliação (MMA, 2023; Silva, 2024). Ao suprir essa lacuna com método e transparência, o município poderá transformar o parque em um laboratório vivo de políticas de EA e IA.

4. METODOLOGIA

O presente estudo foi estruturado com uma revisão sistemática da literatura sobre o Parque Natural Municipal do Paragem e, quando necessário para contextualização comparada, sobre UCs urbanas brasileiras com características equivalentes. Para este estudo, nossa pergunta orientadora foi “Que potencial interpretativo o Parque do Paragem apresenta para educação e interpretação ambientais?”.

Para avaliar esse potencial, buscamos realizar uma comparação entre os estudos, pesquisas e informativos realizados no e sobre o Parque do Paragem e posteriormente comparamos junto a metodologias de interpretação ambiental já existentes na literatura. Para tal, utilizamos um conjunto de diretrizes internacionais destinado a orientar a elaboração e o relato de revisões sistemáticas e meta-análises, baseando-se nas metodologias empregadas por Page et al. (2021) e Marcondes e Da Silva (2023).

A presente revisão foi realizada nas seguintes bases nacionais e internacionais: SciELO, Portal de Periódicos CAPES, BDTD/CAPES (teses e dissertações), Redalyc e Directory of Open Access Journals (DOAJ) e Google Scholar. Neste estudo, os descritores e combinações utilizados (tanto em português quanto em inglês) ajustados a cada base foram: “Parque do Paragem”, “Parque Natural Municipal do Paragem”, “Dourados” e “interpretação ambiental”, “educação ambiental”,. O recorte temporal do estudo foi entre 2007–2025, abrangendo relatos desde a criação da UC e captar achados recentes sem excluir estudos fundacionais do parque (MMA, 2024; Pereira et al., 2024).

Como critérios de inclusão, utilizamos estudos que contemplam: tratem diretamente do Paragem; estudos que descrevam conteúdos, mensagens, infraestrutura, públicos, barreiras ou resultados de IA ou EA; apresentem método identificável (relato técnico, estudo de caso, dissertação, artigo). Serão excluídos itens sem autoria ou ano e peças opinativas sem método.



A triagem dos materiais encontrados ocorrerá em duas fases, sendo a primeira apenas com base nos títulos e resumo e a segunda após uma leitura integral do texto (Page et al., 2021; Peters et al., 2020).

A extração de dados será feita por formulário padronizado contendo a identificação do material (autoria, ano, tipo de documento), e os componentes interpretativos encontrados (pontos de interesse, mensagens-chave, suportes, acessibilidade comunicacional). A classificação sobre os componentes interpretativos foi realizada com base em uma adaptação no estudo de Moscardo (1996)

Com base nos resultados, serão analisados os temas encontrados com a matriz de evidências, permitindo confrontar os achados com princípios sobre EA e IA e derivar recomendações aplicáveis ao Parque do Paragem.

5. RESULTADOS

Como resultados, foram encontrados nas bases de pesquisas 14 estudos, conforme pode ser observado na Tabela 1. A tabela completa e detalhada pode ser visualizada nos anexos (Anexo A). Dentre os materiais encontrados, apenas dois encontram-se em língua estrangeira. Dentre as bases de dados, foram encontrados resultados apenas no Scielo, Periódicos CAPES, BBDDTD, Redaly e Google Scholar.

TABELA 1. Lista dos estudos e materiais encontrados referentes ao Parque Natural Municipal do Paragem

Autor	Título	Potencial para EA e IA
Dutra, 2024	Políticas públicas ambientais na preservação das áreas verdes no município de Dourados/MS	EA ao articular políticas públicas, legislação ambiental, serviços ecossistêmicos e sensibilização da população sobre o uso dos parques urbanos. A IA favorece ações educativas e interpretativas nos espaços verdes.
Fernandes, 2024	A biodiversidade nas áreas verdes de Dourados – MS	EA ao evidenciar a importância das áreas verdes para a conservação da biodiversidade urbana. IA por meio do levantamento de espécies, registros de campo e análise da avifauna e arborização.
Fuchs, 2024	Chave interativa de Multi entrada para Trilha Ecológica do Parque Natural Municipal do Paragem, Dourados - MS	EA : valorização da flora nativa e da conservação da biodiversidade do parque. IA : uso de chave interativa para identificação de espécies vegetais ao longo da trilha ecológica.
Gonçalves. 2023	Mapeamento ambiental do Parque Natural Municipal do Paragem - uma análise multitemporal do uso e ocupação do solo	EA : compreensão da importância do monitoramento ambiental, do uso e ocupação do solo e da consolidação do parque como Unidade de Conservação de proteção integral.



		IA: interpretação da paisagem por meio do mapeamento multitemporal, identificação das classes de uso do solo (formação florestal, campos de várzea e formações campestres) e análise da recuperação ambiental do parque.
Guimarães; Ferreira, 2024	Panorama da educação ambiental não formal em unidades de conservação em Mato Grosso do Sul	EA: promoção da educação ambiental não formal em unidades de conservação, com foco na participação social e conscientização ambiental. IA: uso das UCs como espaços interpretativos por meio de práticas de campo, vivências e interação direta com o ambiente natural.
Lunas, 2012	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE URBANA: GESTÃO ESTRATÉGICA DE ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS.	EA: valorização das unidades de conservação e da biodiversidade local como espaços educativos, contribuindo para a sensibilização ambiental e a conservação dos recursos naturais. IA: utilização do diagnóstico ambiental e da caracterização dos elementos naturais da área como base para interpretação da paisagem e compreensão das relações entre ambiente, conservação e uso público.
Lunas; Ribas, 2013	PARQUES URBANOS MUNICIPAIS EM DOURADOS - MS -BRASIL: ESTADO DA ARTE	EA: compreensão da importância dos parques urbanos para a qualidade de vida, conservação ambiental e gestão das áreas verdes no contexto urbano. IA: interpretação da paisagem urbana e dos parques por meio de diagnósticos de campo, análise do estado de conservação, funções ecológicas e uso público das áreas verdes.
Nobre, 2022	Composição da ictiofauna de uma unidade de conservação urbana da bacia do alto rio Paraná	EA: valorização da conservação dos ecossistemas aquáticos urbanos e da biodiversidade do parque. IA: levantamento da ictiofauna, com uso de espécies bioindicadoras e exóticas para interpretação da qualidade ambiental.
Oliveira, 2021	Áreas verdes e bem-estar em ambiente urbano de porte médio: usos e tipologias das áreas livres e as percepções de saúde na cidade de Dourados – MS	EA: valorização das áreas verdes urbanas para saúde, bem-estar e educação ambiental. IA: interpretação da qualidade ambiental urbana a partir do uso do solo, NDVI e distribuição da vegetação.
Pinheiro, 2024	Recuperação ambiental do Parque Natural Municipal do Paragem, Dourados, MS.	EA: valorização das áreas verdes urbanas e da sustentabilidade no planejamento urbano. IA: interpretação da paisagem urbana por meio da análise espacial das áreas verdes e do uso do solo.
Schibichewski et al., 2024	Water Quality and Vegetation Health in Urban Conservation Areas: A Case Study of Paragem Municipal Natural Park	EA: valorização da conservação de ecossistemas aquáticos urbanos e da vegetação associada; sensibilização sobre impactos antrópicos e necessidade de monitoramento ambiental. IA: interpretação da qualidade ambiental por meio de índices de vegetação, parâmetros físico-químicos e microbiológicos da água e uso de organismos bioindicadores.
Schibichewski, 2022	Diagnóstico ambiental de um afluente do córrego paragem, situado em área de unidade de conservação de proteção integral, Dourados - MS	EA: valorização das áreas naturais protegidas como espaços de educação ambiental e sensibilização para a conservação. IA: interpretação ambiental a partir da percepção dos visitantes, leitura da paisagem e uso de elementos naturais como suporte educativo.
Silva et al., 2014	PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALÍCIO ARAÚJO EM DOURADOS-MS	EA: sensibilização da comunidade escolar para a conservação de unidade de conservação urbana e da biodiversidade associada. IA: interpretação ambiental a partir da percepção de professores e funcionários e do reconhecimento do parque como unidade de conservação.
Silva et al., 2025	Gastrointestinal parasites of captive and free-ranging wild animals in the state of Mato Grosso do Sul	EA: valorização da conservação da qualidade da água e da vegetação em áreas urbanas para educação ambiental. IA: interpretação da qualidade ambiental a partir de parâmetros da água e da saúde da vegetação urbana.



Souza, 2016	Centro de Educação Ambiental no Parque Arnulpho Fioravanti, promovendo sua proteção e conservação	EA: valorização das áreas naturais como espaços de educação ambiental e sensibilização para a conservação. E: interpretação ambiental a partir da análise da paisagem, dos elementos naturais e do uso do espaço.
-------------	---	---

Os materiais encontrados foram entre os períodos de 2012 e 2025. Dentro do tipo de estudo, encontramos três materiais classificados como pesquisa, um material referente a um levantamento bibliográfico, um estudo de caso, sete Trabalhos de Conclusão de Curso e três dissertações. Para a classificação quanto ao tipo de interpretação que os materiais obtidos pudessem representar, tivemos uma integração interdisciplinar, um caracterizado por feedback e participação do público, duas estratégias interpretativas, dois objetivos interpretativos e conservação e nove conteúdo ambiental.

Na classificação do tipo de interpretação encontrado, na integração interdisciplinar, o único estudo encontrado elencou uma análise do estado da arte referente aos parques urbanos do município de Dourados, MS, e consequentemente o Parque do Paragem. Em feedback e participação do público tivemos foi analisado um estudo de caso que visou avaliar a percepção ambiental de docentes da Escola Estadual Professor Alício Araújo ao visitarem e participarem de diversas ferramentas para compreensão de suas respectivas percepções ambientais.

Em objetivos educativos e conservação foram encontrados dois estudos abrangendo um panorama de aplicação de políticas públicas voltadas a preservação e conservação de áreas verdes urbanas no município de Dourados, MS. Na temática conteúdo ambiental, os nove estudos encontrados forneceram relatos sobre a composição biodiversa do Parque do Paragem, abordando: a composição da ictiofauna local; análise de uso e ocupação do solo; apresentação de um projeto de recuperação das áreas degradadas do parque, análise da qualidade da água e dos efluentes do parque; análise técnica de animais silvestres de vida livre presentes no parque; análise geral da biodiversidade e bem estar ambiental; e a aplicação de uma chave multi entrada para realização de uma trilha interpretativa no parque.

Por fim, na caracterização de integração interdisciplinar foram encontrados e analisados dois estudos, um voltado para análise do panorama e promoção da educação ambiental nas unidades de conservação do Mato Grosso do Sul, abordando sobre o Parque do Paragem, e outro estudo teórico que buscou apresentar uma proposta de criação de Centro de Educação Ambiental no Parque Arnulpho Fioravanti, parque urbano localizado acima do parque do paragem e que forneceria também respaldos de EA e IA ao Parque do Paragem.



6. DISCUSSÕES

Com base nos estudos observados observamos uma baixa incidência de estudos e levantamentos voltamos ao Parque do Paragem no que diz respeito a implementação e levantamento de possibilidades para aplicação de técnicas de EI. Concomitante a este aspecto, também fora observado uma baixa amplitude temporal de estudos não sendo possível a compreensão da estrutural completa da unidade ao longo dos anos desde a sua criação.

Nessa análise preliminar, destacamos de antemão que mesmo com uma baixa produção ou poucos matérias encontrados a respeito do Parque do Paragem não descaracteriza o potencial interpretativo da unidade. No estudo de Gomes et al. (2018) abordou exatamente tais características, ressaltando que a IA busca valorizar as características ambientais, experiência dos visitantes e técnicas pedagógicas aplicáveis e que mesmo em áreas pouco estudadas, com o devido planejamento e estruturação é possível o alcance.

Com a maior parte dos dados levantados sendo referentes a uma análise técnica do Parque do Paragem, é possível correlacionar essas informações com a aplicação potencial de técnicas de IA. Com a análise dos componentes voltados ao conteúdo ambiental notamos o potencial das unidades em aplicação de trilhas interpretativas, buscando fornecer um melhor respaldo aos visitantes para a compreensão das características do parque que estão visitando (Pereira et al., 2024; Silva e Navas, 2024).

Pereira et al. (2024) mencionam a importância de tais estudos para caracterização das áreas, facilitando o delineamento de ações possíveis de ser aplicadas na unidade com o intuito de alcançar ao máximo a sensibilização ambiental dos visitantes. Alinhado a isto, com a possibilidade de posicionamento de painéis técnicos e informativos, contendo as informações desses estudos também é destacado como uma excelente metodologia para IA, como apontado por (Santos, 2022).

O estudo conduzido por Silva et al. (2025) destaca que, entre as diversas possibilidades de aplicação para o uso interpretativo no Parque do Paragem, a implementação de trilhas interpretativas se apresenta como um modelo eficaz para fomentar a compreensão, sensibilização e responsabilização dos visitantes. Essa abordagem metodológica, fundamentada na classificação interpretativa de conteúdo ambiental, reforça o potencial do parque como



espaço para a realização de práticas de interpretação ambiental junto ao seu público. As trilhas interpretativas, ao promoverem uma experiência educativa e reflexiva, contribuem para a conexão entre os visitantes e o ambiente natural, alinhando-se aos objetivos de educação ambiental e conservação previstos para a área em destaque (Buzatto; Kuhnen, 2020).

Um destaque observado nos materiais encontrados, a criação de uma chave interativa, neste caso voltada ao entendimento florístico do parque, nos fornece um respaldo inicial de metodologias a serem aplicadas no Parque do Paragem. A aplicação de metodologias que visem cativar os visitantes é demonstrada como uma técnica promissora à IA (Silva e Navas, 2024). Unindo conhecimentos técnicos com a valorização do ambiente destaca o potencial de conectar o visitante ao ambiente natural (Pereira et al., 2024).

Mesmo possuindo apenas um estudo encontrado, com o feedback e participação do público é possível compreender o alcance das técnicas empregadas aos visitantes locais. A aplicação de técnicas pós visitas guiadas tem se destacado como uma vital metodologia para gestores de unidades de conservação com tais características, impondo a estes as possibilidades de melhorias e a valorização das técnicas empregadas (ICMBio, 2011).

Analisando os componentes das estratégias interpretativas, mesmo com um panorama geral relacionado às áreas verdes urbanas do município, os destaques apontados em relação ao Parque do Paragem nos revelam parte de seu potencial relacionado a trilhas interpretativas. Estudos como os de Silva e França (2025) e Santos et al. (2024) reforçam a vitalidade de estudos com tais características as quais, além de melhorar as experiências individuais dos visitantes devido a um reconhecimento prévio das áreas, também é possível alinhar os benefícios locais como ferramentas de educação.

Também relacionado a este tema, os objetivos educativos e conservação abordados por Dutra (2024) ressaltam a importância das políticas públicas para estimular a educação ambiental nas áreas verdes de Dourados. Autores como Nery-Silva e Santana (2016) e Sorrentino e Silva (2019) destacam a vitalidade destas políticas, ressaltando a possibilidade de incorporação de valores aos visitantes e que com tais políticas são bases essenciais para a estruturação de IA.

No que concerne às políticas públicas, a literatura enfatiza que a eficácia das ações depende de ancoragem institucional, incluindo previsão orçamentária adequada, definição clara de papéis, rotinas de prestação de contas e integração com conselhos e redes locais. Em parques



municipais, ciclos pequenos e iterativos são mais realistas e eficazes do que implantações extensas, pois possibilitam aprendizado contínuo a partir da prática e o aperfeiçoamento dos processos com base em evidências operacionais (MMA, 2023; Silva, 2024).

A importância da integração interdisciplinar ressalta-se pelas diversas interdisciplinariedades possíveis de serem aplicadas junto as práticas de IA. Essa interdisciplinariedade, além de enriquecer os processos educativos também fornecem novas dinâmicas que fortalecem a conscientização ambiental (Miranda et al. 2017). Mesmo com poucos estudos voltados ao Parque do Paragem abordando a temática, grandes contribuições foram observadas.

A análise panorâmica da EA, analisada por Guimarães e Ferreira (2024) nos ressalta a possibilidade de utilização do Parque do Paragem para tais finalidades, porém, por seu plano de manejo se encontrar desatualizado e que devem ainda ser melhoradas as relações comunicativas entre gestores e visitantes das áreas questões estas também destacadas por Pereira et al. (2024) e MEC (2024). Enquanto que, no estudo de Souza (2016), a valorização da EI e IA fica ressaltada pela possibilidade de criação de um Centro de Educação Ambiental. Mesmo sua possibilidade de implantação não sendo da unidade de conservação foco deste estudo, por sua proximidade é possível também proporcionar a promoção contínua da IA sensibilizando visitantes e favorecendo a integração da gestão da unidade com a comunidade locais (Cruz; Sola, 2017).

Em um panorama geral, os materiais analisados apresentam também uma série de lacunas que, mesmo não inviabilizando os potenciais de IA, tornam-se brechas que limitam sua eficácia. Como destaques, observamos que a ausência de pesquisas e levantamentos referentes ao público visitante do Parque do Paragem é um grande limitante das ações possíveis a serem alinhadas a unidade, como destacado per Garda et al. (2020) no Manual de métodos para Monitoramento do Número de Visitas em Unidades de Conservação Federais.

Outra lacuna que podemos observar trata-se da baixa amplitude de estudos voltados ao Parque do Paragem, indicando principalmente uma falta de políticas públicas que busquem valorizar a produção de materiais importantes para a estruturação da unidade de conservação (Foli; Faria, 2020), podendo este também representar a falta de integração entre resultados ecológicos com as práticas de gestão (Medeiros et al., 2011).



Em consonância com tais características, estudos ressaltam a articulação entre recurso, público e meios de mediação como eixo estruturante, recomendando evitar o excesso de informações e privilegiar a “revelação de significados” a partir dos atributos tangíveis do local. Essa fundamentação conceitual, amplamente consolidada nos materiais técnicos nacionais, orienta a seleção temática e a construção de mensagens-chave para contextos municipais como o do Parque Paragem, onde a simplicidade e a facilidade de manutenção constituem requisitos essenciais (Caetano et al., 2018).

7. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise deste estudo observamos que a maior parte das pesquisas foca em diagnósticos técnicos, como levantamentos de biodiversidade e análises ambientais, que oferecem uma base sólida para ações interpretativas que valorizem o ambiente e sensibilizem os visitantes. Experiências iniciais, como trilhas interpretativas e chaves multi-entrada, já indicam caminhos metodológicos promissores.

Por outro lado, destaca-se a necessidade urgente de fortalecer políticas públicas que estimulem produção científica contínua, atualizem instrumentos de gestão (como o plano de manejo) e promovam a articulação entre pesquisa, educação ambiental e gestão participativa. A ausência de estudos sobre o perfil do público visitante e a descontinuidade nos monitoramentos reforçam a importância de estratégias institucionais robustas para integrar resultados ecológicos às decisões e ao planejamento do uso público.

A interdisciplinaridade surge como fator-chave para o sucesso das ações interpretativas, exigindo a combinação de saberes ecológicos, pedagógicos, sociais e comunicacionais. Aliada à participação social, essa abordagem fortalece o protagonismo comunitário e os vínculos entre visitantes e território.

Assim, concluímos que o Parque do Paragem possui condições favoráveis para desenvolver programas consistentes de Interpretação Ambiental, desde que amparados por planejamento estruturado, continuidade de pesquisas, integração intersetorial e políticas públicas voltadas à educação ambiental. As lacunas apontadas representam oportunidades para aprimorar a gestão, qualificar as experiências educativas e fortalecer o papel do parque como espaço de conservação, aprendizagem e valorização socioambiental.



8. REFERÊNCIAS

- AQUINO, M. T. B. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: VIVÊNCIAS EDUCATIVAS EM ESCOLAS DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL MATA DO PAU-FERRO (AREIA/PB)**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal da Paraíba. 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22701/1/MarciaToscanoDeBrittoAqui no Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/22701/1/MarciaToscanoDeBrittoAqui%20no%20Dissert.pdf)>.
- ARAUJO, M.; SURIANI AFFONSO, A. L. Análise da participação social na elaboração de planos de manejo em unidades de conservação, sob a óptica da educação ambiental. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 39, n. 2, p. 243–261, 2022.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, n. 5, 1999.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. 1981.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental. 1999.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 2000.
- BRITO, R. M.; GARCIA, P. H. M.; CHÁVEZ, E. S. Vinte anos da Lei do SNUC: histórico e momento atual das unidades de conservação em Mato Grosso do Sul. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 62, 2020.
- BUZATTO, L.; KUHNEN, C. F. C. Trilhas Interpretativas uma Prática para a Educação Ambiental. **Revista Vivências**. v. 16, n. 30. 2020. Disponível em: <<http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/151>>.
- CAETANO, A. C.; GOMES, B. N.; JESUS, J. S.; GARCIA, L. M.; REIS, S. T. Interpretação ambiental nas unidades de conservação federal. **ICMBio**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/Uso-publico/Interpretacao_Ambiental_nas_UC_Federais2025.pdf>.
- CAETANO, F. et al. **Interpretação ambiental em unidades de conservação**. Brasília: ICMBio, 2018.
- CAMPOS, S. A. C. A evolução dos mecanismos de proteção ambiental no Brasil e seu contexto. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 25, n. 52, 2021.
- COMCIÊNCIA. DRUMMOND, J. A. **As unidades de conservação brasileiras por ocasião dos 20 anos da criação do SNUC: um panorama**. ComCiência, Campinas, 2024.
- CRUZ, C. A.; SOLA, F. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Revista Ambiente & Educação**. v. 22, n. 2. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/6216>>.



DOURADOS. **Lei nº 3.009, de 22 de novembro de 2007.** Institui o Parque Natural Municipal do Paragem. 2007.

FERNANDES, J. A. **A biodiversidade nas áreas verdes de Dourados – MS.** Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Ambiental. Universidade Federal da Grande Dourados. 2024.

FOLI, A. C. A.; FARIA, K. M. S. Oportunidades e desafios da criação de Unidades de Conservação: reflexões sobre as experiências no Estado de Goiás, Brasil. **Revista Cerrados**, v. 18, n. 02. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/3235>.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae**, v. 6, n. 2, 2015.

FUCHS, A. **Chave interativa de multi-entrada para trilha ecológica do Parque Natural Municipal do Paragem, Dourados – MS.** Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Biológicas. Universidade Federal da Grande Dourados. 2024.

GALVÃO, J. R.; TEDESCO, C. D. Contribuições da percepção ambiental para a sustentabilidade na zona de amortecimento de unidade de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.

GARDA, A. B.; MOREIRA, J.; BURNS, R.; SOUZA, T. V. S. B. Manual de métodos para Monitoramento do Número de Visitas em Unidades de Conservação Federais. **ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/manual_de_metodos_para_o_monitoramento_do_numero_de_visitas_em_unidades_de_conservacao_federais.pdf.

GOMES, B.; CAETANO, A. C.; JESUS, J.; GARCIA, L. M.; REIS, S. T. Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais. **ICMBio**. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336567784_Interpretacao_Ambiental_nas_Unidades_de_Conservacao_Federais.

HASSLER, M. L. A importância das unidades de conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **ROTEIRO METODOLÓGICO PARA MANEJO DE IMPACTOS DA VISITAÇÃO - com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais.** Ministério de Meio Ambiente. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/editais-diversos/editais-diversos-2019/roteiro_metodologico_para_manejo_de_impactos_da_visitacao.pdf.

JUNIOR, M. V. C.; VALVERDE, L. H. O.; SILVA, L. E.; SIQUEIRA, J. F. R. Unidades de conservação como espaços de diálogos para a educação ambiental crítica. **Revista Pantaneira**, V.18, Edição especial IV Workshop do PPGEQ/CPAQ/UFMS e 3ª Mostra de pesquisa dos cursos de pós-graduação e graduação em geografia, “Olhares e lugares geográficos do ensino, saúde, ambiente e sociedade na pandemia”. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revpan/article/view/12344/8586>.



LEUZINGER, M. D.; CAMPANHA, P. S.; SOUZA, L. R. de. **História e relevância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: os 20 anos da Lei nº 9.985/00**. In: LEUZINGER, M. D. et al. (org.). Os 20 anos da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: UniCEUB, 2020.

LOPES, R. V. R. et al. Supressão e fragilidade de remanescentes florestais em uma unidade de conservação no sul de Alagoas. **Ciência Florestal**, v. 32, n. 3, 2022.

LUNAS, M. C. F. S.; RIBAS, L. M. L. R. Parques urbanos municipais em Dourados–MS: estado da arte. **Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, 2013.

MACHADO, I. L. O.; GARRAFA, V. Proteção ao meio ambiente e às gerações futuras: desdobramentos e reflexões bioéticas. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 144, 2020.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARCONDES, R.; DA SILVA, S. L. R. O protocolo Prisma 2020 como uma possibilidade de roteiro para revisão sistemática em ensino de ciências. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 18, n. 39. 2023. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1894>.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**. Brasília: UNEP-WCMC. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Bruna-Stein-Ciasca/publication/348603178_Contribuicao_das_Unidades_de_Conservacao_para_a_Economia_Nacional/links/6006fe60299bf14088a8b79e/Contribuicao-das-Unidades-de-Conservacao-para-a-Economia-Nacional.pdf>.

MELLO, S. S.; TRAJBER, R. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: MEC, 2007.

MENDONÇA, F.; TALBOT, V. Participação social na gestão de unidades de conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. **Biodiversidade Brasileira**, v. 4, n. 1, 2014.

Ministério da Educação (MEC). **Política de Educação Ambiental – Síntese orientadora (SECADI)**. Brasília: MEC, 2024.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA): diretrizes e conceitos institucionais**. Brasília: MMA, 2024.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) – edição atualizada**. Brasília: MMA, 2023.

MIRANDA, F. H. F.; MIRANDA, J. A.; RAVAGLIA, R. Abordagem Interdisciplinar em Educação Ambiental. **Revista Praxis**. v. 2 n. 4. 2010. Disponível em: <<https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/922>>.

MOREIRA, JC. **Geoturismo e interpretação ambiental**. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf>>.



MOSCARDO, G. Mindful visitors: Heritage and tourism. *Annals of Tourism Research*. v. 23, n. 2. 1996. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0160738395000682?utm_source=chatgpt.com>.

NERY-SILVA, A. C.; SANTANA, L. C. Políticas públicas e educação ambiental: concepções e contextos nas pesquisas acadêmicas brasileiras. **MEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**. v.33, n.2. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5654?utm_source=chatgpt.com>.

OLIVEIRA, A. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. Monografia de Licenciada em Ciências Biológicas. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/29464/5/unidadesconservacaodesafiosperspectivas_produto.pdf>>.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, 372:n71, 2021.

PEREIRA, A. R.; JUNIOR, W. J. S. Conflitos socioambientais em áreas protegidas brasileiras: causas, consequências e iniciativas de gestão. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 3, 2023.

PEREIRA, J. V. D. L.; SANTOS, L. S.; NÁPOLES, P. M. M. Metodologias de educação ambiental com enfoque na biodiversidade em unidades de conservação do Brasil: uma revisão. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 19, n. 8, p. 344–361, 2024.

PEREIRA, M. M. O Parque Nacional do Itatiaia e a história ambiental no Brasil. Campo Grande: Editora Inovar, 2022.

PETERS, M. D. J. et al. **JBIM Manual for Evidence Synthesis**. Adelaide: JBI, 2020.

PINHEIRO, A. A. S. **Recuperação ambiental do Parque Natural Municipal do Paragem, Dourados–MS**. Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Ambiental. Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

PROJETO DOCES MATAS. **Manual de introdução à interpretação ambiental**. Brasília: IBAMA, 2002.

SALLES, M. C. T.; GRIGIO, A. M.; DA SILVA, M. R. F. Expansão urbana e conflito ambiental: uma descrição da problemática de Mossoró–RN. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 2, 2013.

SANCHO, A.; DE DEUS, J. A. S. Áreas protegidas e ambientes urbanos: novos significados e transformações associados à urbanização extensiva. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 2, 2015.

SANTOS, E. F. **TRILHA DOS ARENITOS DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA – PR: OS IMPACTOS E A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL**. Monografia de bacharelado em Turismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2022. Disponível em:

<https://www2.uepg.br/turismo/wp-content/uploads/sites/21/2023/01/TCC_Emerson-compactado.pdf>.



SANTOS, I. S. M.; VIANA, R. H. O.; PEREIRA, C. M. R. B.; SOUZA, P. B.; CARLOTO, C. R.; SILVA, V. L. A. G.; SOARES, M. P.; JÚNIOR, A. W. S. Trilhas interpretativas como ferramentas de ensino: estudo de caso no Parque Ecológico Urbano Cimba, Araguaína - Tocantins. **Caderno Pedagógico**. v. 21, n.7. 2024. Disponível em:
<<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/6268>>.

SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo. **Diretrizes para comunicação e educação ambiental em unidades de conservação (ENCEA)**. São Paulo: SEMIL, 2024.

SILVA, D. M.; LIMA, B. S.; TRAVERSINI, A. C. P.; COSTA, L. C.; LIMA, J. V. N. Uma trilha interpretativa no Parque Natural Municipal do Paragem (Dourados/MS): do planejamento à aplicação. **Anais do VI EREBIO**. Em prelo, 2025.

SILVA, H. T. L. B.; FRANÇA, J. P. Proposta de implantação de uma trilha interpretativa no Parque Municipal Maurício de Oliveira (Mossoró-RN). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**. v. 18, n. 3. 2025. Disponível em:
<<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/19650>>.

SILVA, M. G. O. et al. Educação ambiental nas práticas de integração ensino–serviço–comunidade: aplicação de tecnologias educacionais na sala de espera. **Escola Anna Nery**, v. 28, 2024.

SILVA, T. H. C. et al. Para além do papel: estudo das unidades de conservação brasileiras. **Interações**, v. 25, n. 2, 2024.

SIMÕES, N. et al. Educação ambiental e conservação de espécies no Parque Nacional do Itatiaia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 18, n. 5, 2013.

SORRENTINO, M.; SILVA, A. C. N. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL. **Revista do Museu de Artes Sacras da Diocese de Uberlândia**. V. 6, N. 11. 2019. Disponível em:
<https://revistarelicario.museudeartesauberlandia.com/index.php/relicario/article/view/118?utm_source=chatgpt.com>.

TOLEDO-QUIROGA, K.; FERREIRA, M. S. Os conhecimentos e sujeitos da educação ambiental: historicizando experiências no Parque Nacional de Itatiaia (1937–2020). **Educar em Revista**, n. 38, 2022.

VALENTI, M. W.; OLIVEIRA, H. T.; DODONOV, P.; SILVA, M. M. Educação ambiental em unidades de conservação: políticas públicas e a prática educativa. **Educação em revista**. V. 18, N. 1. 2012. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/edur/a/BfGj8cZFwqNf7jW3J9SHTSd/?format=html&lang=pt>>.

WWF-BRASIL; ICMBio. **Educação ambiental em unidades de conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão pública da biodiversidade**. Brasília: ICMBio, 2016.



ANEXO A

Lista com informações completas referente aos estudos e materiais levantados sobre o Parque Natural Municipal do Paragem. Nas informações: CI – Classificação de Interpretação; OEC - Objetivos educativos e conservação; CA - Conteúdo ambiental; II - Integração interdisciplinar; FPP - Feedback e participação do público; EI - Estratégias interpretativas; TCC – Trabalho de Conclusão de Curso; BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Autor	Título	Tipo de estudo	CI	Base	Link	Potencial para EA e IA
Dutra, 2024	Políticas públicas ambientais na preservação das áreas verdes no município de Dourados/MS	Dissertação	OEC	BDTD	https://bdtb.ibict.br/vufind/Record/Krot_f391662dacbf4f8cf75935d91aa08ab	EA ao articular políticas públicas, legislação ambiental, serviços ecossistêmicos e sensibilização da população sobre o uso dos parques urbanos. A IA favorece ações educativas e interpretativas nos espaços verdes.
Fernandes, 2024	A biodiversidade nas áreas verdes de Dourados – MS	TCC	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6280	EA ao evidenciar a importância das áreas verdes para a conservação da biodiversidade urbana. IA por meio do levantamento de espécies, registros de campo e análise da avifauna e arborização.
Fuchs, 2024	Chave interativa de Multi entrada para Trilha Ecológica do Parque Natural Municipal do Paragem, Dourados - MS	TCC	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6391	EA : valorização da flora nativa e da conservação da biodiversidade do parque. IA : uso de chave interativa para identificação de espécies vegetais ao longo da trilha ecológica.
Gonçalves. 2023	Mapeamento ambiental do Parque Natural Municipal do Paragem - uma análise multitemporal do uso e ocupação do solo	TCC	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6325	EA : compreensão da importância do monitoramento ambiental, do uso e ocupação do solo e da consolidação do parque como Unidade de Conservação de proteção integral. IA : interpretação da paisagem por meio do mapeamento multitemporal, identificação das classes de uso do solo (formação florestal, campos de várzea e



						formações campestres) e análise da recuperação ambiental do parque.
Guimarães; Ferreira, 2024	Panorama da educação ambiental não formal em unidades de conservação em Mato Grosso do Sul	Levantamento	EI	Scielo	http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/v29n67/1414-5138-sest-29-67-0297.pdf	EA: promoção da educação ambiental não formal em unidades de conservação, com foco na participação social e conscientização ambiental. IA: uso das UCs como espaços interpretativos por meio de práticas de campo, vivências e interação direta com o ambiente natural.
Lunas, 2012	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE URBANA: GESTÃO ESTRATÉGICA DE ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS.	Dissertação	OEC	Google Scholar	https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/3773/1/MARIA%20CRISTIANE%20FERNANDES%20DA%20SILVA%20LUNAS.pdf	EA: valorização das unidades de conservação e da biodiversidade local como espaços educativos, contribuindo para a sensibilização ambiental e a conservação dos recursos naturais. IA: utilização do diagnóstico ambiental e da caracterização dos elementos naturais da área como base para interpretação da paisagem e compreensão das relações entre ambiente, conservação e uso público.
Lunas; Ribas, 2013	PARQUES URBANOS MUNICIPAIS EM DOURADOS - MS -BRASIL: ESTADO DA ARTE	Pesquisa	II	Redalyc	https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056835013	EA: compreensão da importância dos parques urbanos para a qualidade de vida, conservação ambiental e gestão das áreas verdes no contexto urbano. IA: interpretação da paisagem urbana e dos parques por meio de diagnósticos de campo, análise do estado de conservação, funções ecológicas e uso público das áreas verdes.
Nobre, 2022	Composição da ictiofauna de uma unidade de conservação urbana da bacia do alto rio Paraná	TCC	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6363	EA: valorização da conservação dos ecossistemas aquáticos urbanos e da biodiversidade do parque. IA: levantamento da ictiofauna, com uso de espécies bioindicadoras e exóticas para interpretação da qualidade ambiental.



Oliveira, 2021	Áreas verdes e bem-estar em ambiente urbano de porte médio: usos e tipologias das áreas livres e as percepções de saúde na cidade de Dourados – MS	Dissertação	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4726	EA: valorização das áreas verdes urbanas para saúde, bem-estar e educação ambiental. IA: interpretação da qualidade ambiental urbana a partir do uso do solo, NDVI e distribuição da vegetação.
Pinheiro, 2024	Recuperação ambiental do Parque Natural Municipal do Paragem, Dourados, MS.	TCC	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6275	EA: valorização das áreas verdes urbanas e da sustentabilidade no planejamento urbano. IA: interpretação da paisagem urbana por meio da análise espacial das áreas verdes e do uso do solo.
Schibichewski et al., 2024	Water Quality and Vegetation Health in Urban Conservation Areas: A Case Study of Paragem Municipal Natural Park	Pesquisa	CA	Periodicos CAPES	https://eec.ecotoxbrasil.org.br/index.php/eec/article/view/493	EA: valorização da conservação de ecossistemas aquáticos urbanos e da vegetação associada; sensibilização sobre impactos antrópicos e necessidade de monitoramento ambiental. IA: interpretação da qualidade ambiental por meio de índices de vegetação, parâmetros físico-químicos e microbiológicos da água e uso de organismos bioindicadores.
Schibichewski, 2022	Diagnóstico ambiental de um afluente do córrego paragem, situado em área de unidade de conservação de proteção integral, Dourados - MS	TCC	CA	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/6362	EA: valorização das áreas naturais protegidas como espaços de educação ambiental e sensibilização para a conservação. IA: interpretação ambiental a partir da percepção dos visitantes, leitura da paisagem e uso de elementos naturais como suporte educativo.
Silva et al., 2014	PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ALÍCIO ARAÚJO EM DOURADOS-MS	Estudo de caso	FPP	Google Scholar	https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2014/VII-070.pdf	EA: sensibilização da comunidade escolar para a conservação de unidade de conservação urbana e da biodiversidade associada. IA: interpretação ambiental a partir da percepção de professores e funcionários e do reconhecimento do parque como unidade de conservação.



Silva et al., 2025	Gastrointestinal parasites of captive and free-ranging wild animals in the state of Mato Grosso do Sul	Pesquisa	CA	Scielo	https://www.scielo.br/j/rbpv/a/JJWJGwhtgL79mNCGsMCvK4p/?lang=en	EA: valorização da conservação da qualidade da água e da vegetação em áreas urbanas para educação ambiental. IA: interpretação da qualidade ambiental a partir de parâmetros da água e da saúde da vegetação urbana.
Souza, 2016	Centro de Educação Ambiental no Parque Arnulpho Fioravanti, promovendo sua proteção e conservação	TCC	EI	Google Scholar	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3337	EA: valorização das áreas naturais como espaços de educação ambiental e sensibilização para a conservação. E: interpretação ambiental a partir da análise da paisagem, dos elementos naturais e do uso do espaço.